



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2024 e 2023. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ativo	Nota	31/12/2024		31/12/2023		Passivo	Nota	31/12/2024		31/12/2023	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
Circulante		59.175	34.767			Circulante		32.552	22.836		
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.581	13.385			Fornecedores	11	2.463	2.803		
Investimentos de curto prazo	5	38.435				Empréstimos e financiamentos	12	15.377	15.316		
Títulos a valores mobiliários	5	5.933	6.004			Arrendamentos	15.1	195	105		
Contas a receber de clientes	6	10.351	14.560			Salários e férias a pagar		195	859		
Despesas pagas antecipadamente		427	424			Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.228	1.116		
Adiantamento a fornecedores		373	359			Outros tributos a pagar		886	952		
Outros ativos		25	35			Dividendos declarados	15.1	9.715	-		
Não circulante		348.460	356.410			Uso do bem público	10	420	402		
Tributos a compensar	7	7.579	3.187			Encargos setoriais		1.543	1.283		
Depósitos judiciais	8	4.582	4.582			Outros passivos		10	-		
Outros ativos		68	-			Não circulante		34.980	49.973		
Imobilizado	9	323.485	335.128			Empréstimos e financiamentos	12	26.641	41.512		
Intangível	10	12.746	13.513			Arrendamentos	15.1	213	297		
						Uso do bem público	10	3.407	3.312		
						Provisões para contingências	14	4.169	4.169		
						Provisões para gastos ambientais	13	530	583		
						Patrimônio líquido		340.103	318.368		
						Capital social	16	298.936	298.936		
						Reservas de lucros		41.167	19.432		
Total do ativo		407.635	391.177			Total do passivo e do patrimônio líquido		407.635	391.177		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros retidos		
Dividendos intermediários	298.936	6.662	18.540	324.138	(18.540)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.524	26.524
Reserva legal	-	1.326	-	(1.326)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.299)	(6.299)
Dividendos intercalares	-	-	-	(7.455)	(7.455)
Transferência para reserva de lucros	-	-	11.444	(11.444)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	298.936	7.988	11.444	318.368	(9.454)
Dividendos intermediários	-	-	-	(9.454)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	40.904	40.904
Reserva legal	-	2.045	-	(2.045)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(9.715)	(9.715)
Transferência para reserva de lucros	-	-	29.144	(29.144)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	298.936	10.033	31.134	340.103	340.103

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ijuí Energia S/A, ("Companhia" ou "IJUI") é uma "SPE - Sociedade de Propósito Específico", com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1996 - 16º andar - Vila Olímpia - na cidade de São Paulo - SP e tem por objeto explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões no Rio Grande do Sul, denominado Usina Hidrelétrica São José ("UHE São José"), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Foz do Rio Claro Energia S.A. O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 1.369 de 28 de março de 2011, liberou a unidade geradora UG1, de 25.500 kW de capacidade instalada da UHE São José, para início da operação comercial a partir de 29 de março de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. Em 03 de junho de 2011, por meio do despacho nº 2.369, foi liberada a unidade geradora UG2, de 25.500 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 04 de junho de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 006/2006-MME-UHE SÃO JOSÉ, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, outorgou à Companhia, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041), que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica licenciado no Rio Ijuí e com potência instalada mínima de 51 MW. Ademais, em 21 de outubro de 2022, a Companhia e a União celebraram o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.648 (mil e seiscentos e quarenta e oito) dias, ou seja, até 18 de fevereiro de 2046. O Contrato de Concessão pode ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados, apurados por auditoria da Anel. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 10. Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/ME, de 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio do Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHE'S Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", alterando a garantia física da UHE São José de 30,4 MW para 28,9 MW. A partir de 1º de setembro de 2022 a Companhia passou a ser controlada pela Foz do Rio Claro S.A., cuja a participação direta é de 51%. A Foz do Rio Claro S.A. é controlada pela Alupar Investimento S.A.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Declaração de conformidade:** A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 25 de fevereiro de 2025. Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados a valor justo. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas no período em que essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise e redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 9 - Imobilizado e nota explicativa 3.4 - Imobilizado - aplicação das vidas úteis definidas; • Nota 14 - Provisão para contingências e nota explicativa 3.3 - Provisões - estimativa do risco; **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 9 - Imobilizado e nota explicativa 3.4 - Imobilizado - taxa de depreciação; • Nota 14 - Provisões para contingências e nota explicativa 3.3 - Provisões - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contato a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócios:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • Os riscos que afetam

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Receita operacional líquida	31/12/2024		31/12/2023	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	17	80.579	17	76.106
Custos operacionais	18	(34.089)	18	(36.410)
Lucro bruto		46.490		39.696
Despesas gerais e administrativas	18	(4.265)	18	(3.644)
Outras receitas	18	156	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		42.381		36.052
Despesas financeiras	19	(5.505)	19	(7.140)
Receitas financeiras	19	7.936	19	78
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		44.712		28.990
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(3.808)	20	(2.466)
Lucro líquido do exercício		40.904		26.524

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Lucro líquido do exercício	31/12/2024		31/12/2023	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	40.904	26.524	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	40.904	26.524	-	-

novembro de 2009), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do Bem Público no Passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Extensão da concessão: A administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa nº 10 - Intangível, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo - extensão da concessão e será amortizada de forma linear durante o período remanescente da concessão, até fevereiro de 2046. **3.6 Tributação:** **Tributos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%. Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Presumido no regime de caixa, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com a presunção aplicando sobre o montante da receita bruta as alíquotas de 8% e 12% respectivamente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 mil trimestrais totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. **3.7 Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos. **3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica:** A Companhia, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. **3.9 Arrendamentos:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e o passivo pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, e é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante. **3.10 Receita de geração de energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: **Suprimento de energia:** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) **Suprimento de energia - ambiente regulado:** a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado 100% da garantia física, equivalente a 30,0 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2024 é de R\$ 316,40 MW/h (R\$ 303,66 MW/h em 2023), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 30 anos contados a partir de dezembro 2005. (ii) **Ajuste positivo CCEE:** a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), e é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. **3.11 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva inclui sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente. **3.13 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Em vigor desde 1º de janeiro de 2024:** Os principais normativas revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, são: • Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants - Alterações ao CPC 26 (IAS 1); • Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Presente de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e • Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7); • Esclarecimentos sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - Resolução CVM nº 199 e CPC 09 (R1). A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis. **Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2024		31/12/2023	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		44.712		28.990
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	9 e 10	13.245	14.799	6.353
Encargos de dívidas	12	4.812	16	5
Encargos de dívidas arrendamentos		16	5	549
Atualização monetária - uso do bem público	10	528	643	83
Outras variações monetárias líquidas		20	20	-
Provisão e estorno contingências		(3.442)	(74)	(2)
Receita de aplicações financeiras		(1)	(2)	-
Descontos financeiros obtidos		(1)	(2)	-
Baixa de ativos	10	234	-	-
		60.767	50.703	

(Aumento) redução no ativo
Pagos a receber de clientes 4.209 (3.366)
Tributos a compensar (4.392) 2.431
Despesas pagas antecipadamente (603) 12
Adiantamento a fornecedores (14) 636
Outros ativos (93) (30)
993 **(175)**

Aumento (redução) no passivo
Fornecedores (339) (175)
Encargos setoriais 217 512
Salários, férias e encargos sociais (84) 128
Tributos a receber (909) 84
Provisões para gastos ambientais (153) -
Outros passivos (406) (397)
(1.674) **152**

Impostos de renda e contribuição social (2.818) (2.404)

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais **55.382** **48.134**

Fluxos de caixa das atividades de investimentos
Resgates em títulos e valores mobiliários 508 311
Resgates em investimento de curto prazo 39.381 19.337
Aplicações em investimento de curto prazo (74.861) (19.263)
Adições no imobilizado 9 (1.009) (1.534)
Adições no intangível 10 (6) (168)
Caixa líquido aplicado atividades de investimentos **(35.987)** **(1.317)**

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos
Pagamentos de dividendos (9.453) (38.475)
Amortização de principal arrendamentos (108) (126)
Amortização de juros de arrendamentos (16) (5)
Amortização de principal do financiamento 12 (15.146) (15.032)
Amortização de juros do financiamento 12 (4.476) (5.761)
Atividades de financiamentos **(29.199)** **(59.399)**

Redução no caixa e equivalentes de caixa **(9.804)** **(12.582)**

Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa
Saldo no início do exercício 4 13.385 25.967
Saldo no final do exercício 4 3.581 13.385
Redução no caixa e equivalentes de caixa **(9.804)** **(12.582)**

ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 e trará as seguintes exigências: - Define o lucro ou prejuízo operacional como ponto de partida para a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) no método indireto; - Divide as despesas e receitas em duas categorias: operacional, investidor e financeiro; e - Propõe novas subcategorias na demonstração do resultado, como lucro ou prejuízo operacional e receitas e despesas de associadas integrais e empreendimentos conjuntos; A Companhia espera impactos substancia

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	Taxa de amortização	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Em serviço						
Serviço			276	-	100	376
Software		20%	243	-	10	253
Uso do bem público - UBP (i)			2.211	-	-	2.211
Extensão da Concessão		5%	13.093	-	-	13.093
Em curso			28	168	(10)	186
Total do custo do intangível			15.851	168	100	16.119
Amortização						
Software			(132)	(4)	-	(136)
Outros intangíveis			(101)	-	-	(101)
Uso do bem público - UBP		18	(1.157)	(46)	-	(1.203)
Extensão da Concessão			(628)	(538)	-	(1.166)
Total da amortização			(2.018)	(588)	-	(2.606)
Total do intangível líquido			13.833	(420)	100	13.513

(i) **Passivo relacionado ao Uso do bem público:** O montante registrado como "Uso do bem público" refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, ao valor estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Em relação à obrigação de uso do bem público (passivo relacionado), as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 40º ano da concessão.

	31/12/2023	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2024
Passivo circulante	402	-	(415)	433	420
Passivo não circulante	3.312	528	-	(433)	3.407
Total	3.714				3.827
	31/12/2022	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2023
Passivo circulante	380	-	(396)	418	402
Passivo não circulante	3.181	549	-	(418)	3.312
Total	3.561				3.714

11. FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Material e serviços	1.216	1.320
Retenção contratual	357	419
Liquidação negativa CCEE	47	53
Compra de energia	843	1.011
	2.463	2.803

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações são realizadas sem envolvimento de operação de "forfait".

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

(a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Encargos	31/12/2024		31/12/2023	
	Vencimento	Encargos	Vencimento	Encargos
	Principal	Total	Principal	Total
Moeda nacional - circulante				
TJLP +				
BNDES	3,17% 15/09/2027	15.223	154 15.377	15.095 221 15.316
Moeda nacional - não circulante				
TJLP +				
BNDES	3,17% 15/09/2027	26.641	26.641 41.512	41.512 - 41.512
Total geral		41.864	154 42.018	56.607 221 56.828

O financiamento junto ao BNDES teve como finalidade a construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José. Tem como garantia o penhor de ações da Alupar Investimento S.A. na Ijuí Energia S.A., penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão e penhor dos direitos de crédito e Garantia - reserva de meios de pagamento (CCVE - Contratos de compra e venda de energia, CCEAR - Contratos de compra de energia no ambiente regulado, e outros). O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de fevereiro de 2009 a outubro de 2010. Este contrato de financiamento possuía as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 3,13% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, a primeira venceu em 15 de agosto de 2010. Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo: 1. aditivo contratual ocorrido em 02 de junho de 2009: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento. 2. aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento. 3. aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração da taxa de juros e prazo de vencimento, ou seja, o spread do financiamento passou a ser de 3,17% ao ano, e o vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de outubro de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de setembro de 2027. A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente: Índice de capitalização > 25%; Índice de cobertura de serviço da dívida > 1,2. A Companhia monitora os *covenants* financeiros e não financeiros. (b) As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2023	Encargos de dívidas	Amortização de principal	Amortização de juros	31/12/2024
Moeda nacional	56.828	4.812	(15.146)	(4.476)	42.018
BNDES					
	31/12/2022	Encargos de dívidas	Amortização de principal	Amortização de juros	31/12/2023
Moeda nacional	71.288	6.353	(15.032)	(5.761)	56.828
BNDES					

(c) As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2026	2027	Dívida Total
	15.350	11.291	26.641

13. PROVISÕES PARA GASTOS AMBIENTAIS

	31/12/2023	Baixas	31/12/2024
Passivo circulante			
Passivo não circulante	683	(153)	530
	683	(153)	530

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. A contrapartida dessas obrigações foram registradas no ativo imobilizado.

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável. A Administração da Companhia leva em consideração, para divulgação em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significativas para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco. **Perda provável:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se a: (i) **Demandas civis:** atualmente existe um processo (em 31 de dezembro de 2023) de natureza cível, de valor em risco aproximado de R\$ 4.169 (R\$ 4.169 em 31 de dezembro de 2023). (ii) **Demandas trabalhistas:** atualmente existe um processo de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado de R\$ 20. (iii) **Demandas tributárias:** atualmente existem dois processos (três em 31 de dezembro de 2023) de natureza tributária de valor em risco aproximado em R\$ 201 (R\$ 114 em 31 de dezembro de 2024), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio. (iv) **Demandas cíveis:** atualmente existem três processos (dois em 31 de dezembro de 2023) de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 1.158 (R\$ 964 em 31 de dezembro de 2023), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio. (iii) **Demandas trabalhistas:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (um em 31 de dezembro de 2023 com o valor em risco aproximado em R\$ 997). (iv) **Demandas Arbitrais/Ambientais/Regulatórias:** não existem demandas dessas naturezas e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2023).

15. PARTES RELACIONADAS

15.1 Transações com partes relacionadas

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante - partes relacionadas			
Dividendos - Alupar Investimento S.A.		4.760	-
Dividendos - Foz do Rio Claro S.A.		4.954	-
Prestação de serviços - AF Energia S.A.		111	118
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A.		135	105
		9.960	223
Passivo não circulante - partes relacionadas			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A.		213	297

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Ijuí Energia S.A. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Ijuí Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ijuí Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 26 de Março de 2024, sem modificação. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	31/12/2024	31/12/2023
Custo - partes relacionadas		
Prestação de serviços - AF Energia S.A. (*)	19 (1.394)	(1.524)
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	(892)	(754)
Juros s/arrendamentos - Alupar Investimento S.A.	(16)	(5)
	(2.302)	(2.283)

(*) A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia, que compreende operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas. As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordadas entre as partes. **15.2 Remuneração da alta administração:** A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus à remuneração equivalente até 10% daquela devida à Diretoria.

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo (a)	(683)	(409)
Remuneração do conselho	(35)	(45)
Total	(718)	(454)

(a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale-refeição.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 298.936 e está representado por 315.106.452 ações nominativas, sendo representadas, por 273.064.862 ações ordinárias e 42.041.590 ações preferenciais, sem valor nominal.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S.A.	112.360.571	41	42.041.590	100
Foz do Rio Claro Energia S.A.	160.704.291	59	-	-
Total das ações	273.064.862	100	42.041.590	100

16.2 Reserva de lucros: a. Reserva legal: 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários do que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$ 10.033 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 7.988 em 31 de dezembro de 2023. **b. Lucros retidos:** Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$ 31.134 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 11.444 em 31 de dezembro de 2023. **c. Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentados em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório. Em 25 de setembro de 2024, a Companhia, através de reunião do conselho de administração, declarou dividendos intermediários à conta de reserva de lucros no montante total de R\$ 9.454 pagos em dezembro de 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	40.904	26.524
Reserva legal	(2.045)	(1.326)
Subtotal	38.859	25.198
Dividendos mínimos obrigatórios	(9.715)	(6.299)
Dividendos intercalares	-	(7.455)
Reservas de lucros	(29.144)	(11.444)
Saldo de lucros acumulados	-	-

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nota	Mwh 31/12/2024	Mwh 31/12/2023
Receta de geração de energia elétrica			
Suprimento de energia		263.520	81.696 262.800
Ajuste positivo CCEE		2.974	1.794
	20	263.520	84.670 262.800

	31/12/2024	31/12/2023
Deduções		
PIS - Programa de Integração Social	(550)	(520)
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	(2.540)	(2.400)
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(790)	(747)
TFSEE - Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	(211)	(193)
	(4.091)	(3.860)
Receta operacional líquida	80.579	76.106

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2024	31/12/2023
Custos		
Encargos de uso da rede elétrica	(3.596)	(3.889)
Compensação financeira	(2.317)	(1.361)
Utilização do Bem Público - UBP - amortização	10 (46)	(46)
Doações, contribuições e subvenções	(38)	(43)
	(5.997)	(5.296)

	31/12/2024	31/12/2023
Custos não gerenciáveis		
Encargos de uso da rede elétrica	(3.596)	(3.889)
Compensação financeira	(2.317)	(1.361)
Utilização do Bem Público - UBP - amortização	10 (46)	(46)
Doações, contribuições e subvenções	(38)	(43)
	(5.997)	(5.296)

	31/12/2024	31/12/2023
Custos gerenciáveis		
Energia comprada para revenda	(3.710)	(3.225)
Seguros	(5.017)	(4.831)
Aluguéis	(142)	(108)
Pessoal	(1.919)	(1.471)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(718)
Material	(456)	(44)
Serviços de Terceiros	(2.352)	(1.749)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	15.1 (1.394)	(1.524)
Provisão para contingências	(20)	-
Condenação judicial	(19)	(35)
Outros	-	(25)
Outros tributos e taxas	18	(26)
Outras receitas	-	156
	(15.011)	(3.948)

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e Amortização	9 e 10	(13.081)
		(118)
		(14.626)
		(127)
		(13.081)
		(118)
		(14.626)
		(127)
Total		(34.089)
		(4.109)
		(36.410)
		(3.644)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras			
Receita de aplicações financeiras (*)		3.443	77
Outras receitas financeiras		4.393	1
Total		7.836	78
Despesas Financeiras			
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	12	(4.811)	(6.353)
Variação monetária		(620)	(625)
Outras despesas financeiras		(74)	(162)
Total		(5.505)	(7.140)
Resultado financeiro		2.331	(7.062)

(*) Refere-se à receita financeira líquida, considerando demais despesas financeiras.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	3
--	---